

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA: PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS DO BANCO MUNDIAL

Edvaldo Carlos de LIMA¹

Antonio THOMAZ JÚNIOR²

RESUMO

Nossa proposta é compreender os processos de dissidências políticas dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária que atuam no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, á luz das políticas agrícolas e agrárias formuladas pelo Estado e pensadas pelo Banco Mundial.

Palavras-chave: trabalhador sem-terra, latifúndio, dissidência, fragmentação, política pública, luta pela terra, conflito no campo.

ABSTRACT

Our aim is to understand the processes of political dissent around the social movements of Land Struggle and Agrarian Reform, and the agricultural and agrarian policies in the Pontal do Paranapanema, in the São Paulo state, Brazil. They was performed by the State and designed by the World Bank.

Key words: The landless worker, dissent, fragmentation, public policy, the fight for land, conflict in the field.

1. INTRODUÇÃO

Compreender as dissidências internas aos movimentos sociais envolvidos e organizados em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema e os significados desse processo no âmbito da questão agrária no Brasil foi nosso objeto de análise neste texto. Assim como as políticas públicas, agrícola e agrária, fomentadas pelo Banco Mundial.

Na dimensão bibliográfica envolvida, a nossa prioridade foram os autores que focalizavam os movimentos sociais, a questão agrária, as formas de aplicação das políticas públicas do Banco Mundial em seus vários desdobramentos, com correntes teóricas que nortearam o contexto deste texto, especialmente o que abrange os conceitos e categorias

¹ Professor MSc. Substituto do Depto. de Geociências da UFPB - Universidade Federal da Paraíba – Campus I – João Pessoa – PB. Aluno do Curso de Doutorado em Geografia da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco – Campus I – Recife – PE. Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho da FCT/UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente – SP. E-mail: edvaldo.edvlima@gmail.com.

² Prof. Dr. Adjunto do Depto. de Geografia da (UNESP) Universidade Estadual Paulista e Coordenador do (CEGeT) – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

que utilizamos. Quais sejam: trabalhador sem-terra, luta pela terra, movimentos sociais, questão agrária, reforma agrária, política pública e latifúndio³.

É importante lembrar que nossa concepção do universo do trabalhador sem-terra, que luta pela terra e pela Reforma Agrária, contempla também os trabalhadores desempregados da cidade que se converteram em trabalhadores sem-terra, ou seja, desprovidos de emprego e garantias de sobrevivência nos centros urbanos são potenciais ocupantes de terra, sendo que se encontram hoje nos acampamentos e assentamentos, particularmente no Pontal do Paranapanema⁴.

As lutas desses trabalhadores, tanto no campo como na cidade, se dão pelos desdobramentos impostos pela estrutura da sociedade do capital. O capital, com sua reestruturação produtiva, intensifica a precarização e pauperização do trabalho em todos os seguimentos. Trata-se de um modelo hegemônico de reprodução das desigualdades sociais no campo e na cidade.

Foi decisivo para esse trabalho o entendimento de Reforma Agrária referenciada a partir de um processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola. Nesse processo de desenvolvimento da reforma agrária é importante que os trabalhadores que vivem da terra, sejam inseridos ativamente, por tratar-se de interesse primordial desse trabalhador nos sentidos políticos e sócio-econômicos.

Em nossa compreensão, a forma de luta política mais adequada para avançar nos processos de Reforma Agrária são as ocupações com acampamento. O acampamento é uma ação política que mobiliza todos os setores da sociedade. Compreendemos que construir barracos dentro de uma “propriedade”, latifúndio, é um ponto de partida para o desenvolvimento da Reforma Agrária no Brasil. Essa forma de mobilização política inicia

³ Latifúndio institucionalizado, aqui é entendido como aqueles caracterizados e definidos pelo Estatuto da Terra. Como segue: Latifúndio é representado pelas grandes propriedades que possuem mais de 600 módulos fiscais (Estatuto da Terra, art. 4º, item V). Compreendendo imóveis avantajados com milhares de hectares explorados pelos grandes grupos econômicos, pela monocultura com formas modernas de exploração dos recursos. Segundo Andrade (1980), “usando mão-de-obra assalariada, exercendo sobre a mesma o mais completo domínio, ao lado de latifúndios explorados por velhos proprietários que ocupam grandes áreas, fazendo uma exploração pouco intensiva, utilizando moradores que além do serviço prestado ao proprietário, exercem atividades de subsistência na agricultura, na coleta florestal, na caça e na pesca” (p.66). São propriedades sem função social que possuem em suas dimensões fins especulativos apenas de reserva de valor. Isso implica no regime inadequado de exploração para o uso social da terra.

⁴ Esta região é composta pelos seguintes municípios: Rosana, Euclides da Cunha Paulista, Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Piquerobi, Santo Anastácio, Caiuá, Presidente Bernardes, Ribeirão dos Índios, Sandovalina, Estrela do Norte, Nandiba, Tarabai, Pirapozinho, Presidente Prudente, Regente Feijó, Anhumas, Indiana, Martinópolis, Alfredo Marcondes, Caiabú, Taciba, Iepê, Rancharia, João Ramalho, Santo Expedito, Emilianópolis e Nantes. (Recorte Regional adotado pela UNIPONTAL – União dos Municípios do Pontal do Paranapanema). Destacamos a região do Pontal, por ser *locus* de pesquisa.

o processo de contestação do sistema latifundiário encravado na formação territorial da sociedade brasileira.

Os trabalhadores sem-terra, no Brasil, e fora das suas fronteiras também, continuam organizando-se em torno da luta pela distribuição de terra para fins de uso social. De diferentes formas e através de distintas lutas, os trabalhadores inseridos no campo têm construído parte da história do Brasil. Porém, essas lutas que deveriam ter sido superadas ao longo de mais de 500 anos, continuam vivas e com uma potencialidade única, pois pela primeira vez na história, os trabalhadores sem-terra são interlocutores diretos com o poder institucionalizado e põem frente aos setores mais atrasados da burguesia, os latifundiários e também com o capital e com o Estado. Portanto, nem a organização dos trabalhadores no campo nem a Reforma Agrária são como alguns afirmam coisas do passado.

Com isso destacamos que a contradição que sustenta a trama social do conflito territorial que envolve os trabalhadores, o Estado e a elite latifundiária, se reforça, dado que a atuação dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária (MOSLUTRA)⁵, se multiplica. Esclarecendo aqui que nas propostas de Reforma Agrária do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e seus agregados, constam apenas a integração de uma política de desenvolvimento rural, com incentivos do governo federal, diferentemente do MST que sustenta seu programa de Reforma Agrária a partir da modificação da estrutura da propriedade da terra e da subordinação dessa propriedade à justiça social, às necessidades do povo. Tendo como objetivos gerais a construção de uma sociedade sem exploradores, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital.

⁵ Neste trabalho entendemos por movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, todos os grupos sociais que aqui mencionamos e que se manifestam com ações reativas contra os efeitos da sociedade do capital, que se dizem contra a opressão, pauperização e a miséria dos trabalhadores rurais sem-terra, características particulares aos movimentos que organizam os trabalhadores em acampamentos como ação política de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Nas entrevistas ao longo dos trabalhos de campo, vimos esta atitude em todos os trabalhadores entrevistados (tanto trabalhadores do MST, quanto do MAST e seus agregados), mas estes grupos sociais se diferenciam por sua capacidade de mobilização e de organização nos enfrentamentos com os latifundiários e com o Estado. Por exemplo: o MST que se organiza a partir de uma estrutura organizativa composta por: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional, Secretaria e Setores Nacionais: 1 – Relações Internacionais, 2 – Secretaria Nacional, 3 – Sistema Cooperativista dos Assentados, 4 – Frente de Massa, 5 – Educação, 6 – Formação, 7 – Comunicação, 8 – Finanças, 9 – Projetos. (FERNANDES, 1996, p. 83). A organização do MAST e os demais movimentos, denominados agregados do MAST (Figura 4), ainda não têm uma estrutura organizativa comparada com a do MST, mas, entendo que esta estrutura é conquistada a longo prazo, é constituída pelas práticas cotidianas, os vínculos e interlocução política com as instituições políticas e a própria sociedade. Portanto entendemos o MAST também como um movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária, em construção, pois sua luta tem articulação política com PSDB e SDS, isso é o que formata sua identidade mesmo sendo um movimento criado no seio de um governo combatente dos movimentos sociais no campo brasileiro. Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Mas essas diferentes concepções de propostas não deixam o MAST fora da luta política de luta pela terra e pela Reforma Agrária dos (MOSLUTRA). Entendemos estas como formas e concepções diferenciadas de fazer a luta.

Compreendendo que os movimentos aqui mencionados contemplam fundamentalmente os processos de territorialização⁶ nos espaços de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A questão agrária, de modo geral, e as ações dos movimentos sociais do campo, de alguma forma se confundem num processo permanente de rearrumação territorial da formação da estrutura societária.

A atual situação dos trabalhadores e seus respectivos movimentos é fruto do emaranhado político-ideológico que constituiu e sustentou a classe dominante, latifundiários e capitalistas, sobre a classe trabalhadora, particularmente do campo. Qual seja: chegar à reta final do seu desespero pela sobrevivência; acampar por tempo indeterminado em condições sub-humanas; fazer passeatas; promover ocupações, ser perseguido politicamente e em muitas ocasiões ser vitimado com a violência e em alguns casos com a morte. Esses processos se constituíram em diretrizes que consolidaram as ações dos movimentos sociais de luta pela Reforma Agrária hoje.

Em algumas correntes teóricas que discutem a questão agrária brasileira é importante que o foco seja a conjuntura em que viveram e vivem os trabalhadores que lutaram e lutam pela posse da terra nesses mais de 500 anos de latifúndio, em meio aos desafios e mazelas que o capitalismo exerceu, e ainda exerce sobre a classe trabalhadora de maneira geral, fundamentalmente no campo.

A presença do latifúndio na estrutura agrária brasileira foi uma das principais causas que deram formato à atual conjuntura no campo. E a partir da teoria da recriação do campesinato focamos as conseqüências sociais ocasionadas por esses processos e a dinâmica territorial da temática em apreço.

As territorialidades dos movimentos sociais no campo simbolizam um espaço político que objetiva transformar as formas de organização desse espaço da sociedade do capital que controla os meios de produção, mesmo com suas distinções políticas e ideológicas. Trata-se aqui especificamente dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse ideário inserimos as formas em que os movimentos sociais de luta pela terra têm se utilizado para se oporem à ditadura imposta pelo poder do capital e pelos

⁶ O processo de territorialização é entendido por meio das ações políticas dos trabalhadores sem-terra organizados em ações simultâneas “em diferentes lugares ao mesmo tempo” (FERNANDES, 2001).

interesses materiais que comandam as ações dos trabalhadores, através do poder do latifúndio, constituído nesse território. Tendo em vista também as determinações das políticas agrárias que são determinadas pelo Banco Mundial e seguidas pelo governo federal brasileiro.

Este território de estrutura e identidade própria - Pontal do Paranapanema tem se reproduzido ao longo de suas dimensões geográficas reconstruindo uma ideologia alienante que contenta a sociedade do capital em todas as suas dimensões socioculturais.

No tocante às tendências e perspectivas dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária frente às políticas públicas agrárias e agrícolas determinadas pelo Banco Mundial, entendemos que são tratadas vários redimensionamentos. Estas são produtos de uma sociedade eminentemente capitalista, remetidos à esfera das políticas de Reforma Agrária elaboradas pelo governo federal e pelo Banco Mundial, processos já conhecidos por nós, como as dissidências por divergências políticas, as formas de ocupações diferenciadas e, conseqüentemente, os diversos tipos de violências ocorridos no interior dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Tudo isso sob a ótica e o controle social do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e das centrais sindicais: Social Democracia Sindical (SDS) e Central Brasileira dos Trabalhadores Empreendedores (CBTE).

Em função da dinâmica territorial, neste momento, os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária (MOSLUTRA) mantêm os processos políticos de ocupação de terras devolutas e improdutivas como o principal instrumento de confronto com latifundiários e setores da burguesia dominante e de pressão junto ao Estado e a sociedade em busca da definição de políticas públicas de Reforma Agrária.

É por dentro da dinâmica geográfica do trabalho, ou seja, da territorialização, desterritorialização e reterritorialização que nos propomos entender o envolvimento dos trabalhadores expressos nos camponeses e nos demais trabalhadores que passam a compor o universo de relações e de expirações difundidas pelo campesinato no âmbito da luta pela terra.

É no interior da luta de classes que os camponeses e os demais trabalhadores se realizam. Essa luta é materializada através de diferentes frentes e formas de luta dos MOSLUTRA.

O trabalhador sem-terra, hoje, está imerso no processo de reestruturação produtiva do capital, em geral, sendo que, no campo se expressa por meio das redefinições em marcha pelo capital agroindustrial e das políticas públicas do Estado afinadas de um lado

aos pressupostos dos grandes grupos transnacionais do setor agroindustrial alimentar, e por outro, nos referenciais de desenvolvimento territorial rural e na Reforma Agrária de mercado, que torna secundário e descaracteriza as ações específicas dos movimentos sociais e da questão agrária propriamente dita.

Finalmente acreditamos que o trabalhador sem-terra não deve ser entendido de forma restrita à lógica mercadológica; seus valores morais e sua campesinidade⁷ devem ser considerados essenciais na sua reprodução social.

1.1. Políticas Públicas e os Trabalhadores Sem-terra Acampados do Pontal do Paranapanema

As tendências aqui estabelecidas, internas às diversas questões discutidas até então no âmbito dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, apontam para vários redimensionamentos que são frutos da sociedade organizada. São particularidades pertencentes à estrutura dessa sociedade que remetem essas tendências à esfera da política econômica e, particularmente, à Reforma Agrária e às políticas agrárias elaboradas pelo governo federal. Trata-se de processos já conhecidos por nós como: as dissidências motivadas por divergências políticas, as formas de ocupações diferenciadas e conseqüentemente, os diversos tipos de violência ocorridos no interior dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária. Assim como o resultado desses processos na figura dos assentamentos rurais, assunto esse que aqui não será aprofundado.

Tais desdobramentos são conseqüências das políticas públicas de Reforma Agrária que não alteram o regime da propriedade privada da terra nas formas de latifúndios improdutivos. São desafios que recairão sobre os agentes sociais envolvidos, sobretudo sobre os trabalhadores sem-terra, já que os latifundiários têm a conivência do Estado e a proteção legal do judiciário brasileiro.

O permanente conflito entre os próprios trabalhadores sem-terra, expressos nas dissensões e nos rachas e entre estes e os latifundiários é o que está desenhado nesse novo cenário das aplicações das políticas públicas desencadeadas pelo governo federal.

⁷ O conceito de Campesinidade é discutido por Klaas Woortmann no texto, “Com Parente Não se Negeuça” O Campesinato Como Ordem Moral (1990). O autor analisa a campesinidade do camponês a partir da ética camponesa – essa ética é constitutiva de uma ordem moral, ou seja, uma forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra. Essa perspectiva possui determinadas implicações relativas ao modo de construção do campesinato. A campesinidade é vista como um processo de reciprocidade do homem com a terra enquanto valor moral, suprimindo a lógica economicista do capital. De acordo com o autor, “a campesinidade caracteriza a terra como expressão de uma moralidade, não como objeto de trabalho. A terra é vista como algo pensado e representada no contexto de valorações éticas” (WOORTMANN, 1990).

Especialmente naquilo que já foi articulado desde 1993 entre o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e o Banco Mundial (BIRD), conhecida como Reforma Agrária de mercado, ajustada aos padrões do neoliberalismo. Segundo Sauer (2006), a agenda agrária do Banco mundial consiste em: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais e d) privatização de terras públicas e comunais.

De maneira geral são essas quatro linhas de ação que vêm dando formato às tendências do campo brasileiro. Sua implementação já inaugurada no governo de FHC hoje é reproduzida com aprimoramento pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva.

Essa reestruturação produtiva no campo⁸ é o que vem qualificando as demandas por terra, com suas várias formas de ocupações realizadas pelos trabalhadores sem-terra. Conseqüentemente fortalece os processos de dissidências motivadas por divergências político-ideológicas redimensionando novos processos de (des)organização dos trabalhadores e seus respectivos movimentos, configurando ainda novos confrontos internos aos movimentos como um todo. Algo que seria extremamente reduzido se se adequasse uma proposta de política de Reforma Agrária estrutural, alterando radicalmente o regime de propriedade privada da terra, a partir de um processo amplo e imediato e evidentemente com a participação dos camponeses. Evidentemente faz-se necessário também que se alterem as regras do judiciário especialmente no que se refere à questão agrária brasileira, superando as relações tradicionais de poder.

De maneira geral, essas ações do BIRD por meio da Reforma Agrária de mercado mostram um forte estímulo ao processo de compra e venda da terra para se obter o acesso à mesma. Mas pelo que vimos nos acampamentos e em um grande número de assentamentos do Pontal do Paranapanema e em outras regiões do Brasil, é absolutamente impossível o trabalhador acampado ter a compra como meio de ocupar, resistir e produzir na terra. Neste sentido, a pergunta que colocamos é: qual o significado dessas políticas públicas para os trabalhadores sem-terra?

Em recente pesquisa de campo, participamos de algumas reuniões em alguns acampamentos do MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra, mas, a realidade social e econômica que encontramos não assegura a conquista da terra pela via da compra como prescrevem as políticas públicas do governo federal sob as estratégias do Banco

⁸ Cf. Thomaz Jr. (2005).

Mundial. Acreditamos que nem mesmo pela via de empréstimos bancários, em função da falta de comprovação de renda. Neste sentido a alternativa mercadológica e até mesmo o arrendamento poderia vingar se não houvesse o constante processo de subordinação do campesinato aos circuitos agroindustriais controlados pelos complexos empresariais. Trata-se na realidade que incentiva o sistema de compra e venda da terra de forma a alocar recursos para os produtores mais eficientes (PEREIRA, 2006). Desta forma entendemos que o chamamento à compra inibe as ocupações conflitivas e viabiliza o fortalecimento do poder dos latifundiários na manutenção do capitalismo agrário, o que na prática seriam os reais beneficiados desse processo, porque passam a receber pela venda de terra, pagamentos à vista, e ainda teriam sob seu comando o controle social das ações dos movimentos.

O depoimento de uma trabalhadora acampada comparece com muita clareza no sentido de não poder comprar terra para adquirir um lote. O real motivo é a falta de crédito e dinheiro para aquisição dessa terra. Através das entrevistas é possível observar a situação de pobreza que vive a maioria dos acampados de reforma agrária. As condições do barraco são precárias, até mesmo o material para construção do barraco é por conta do próprio acampado. Na entrevista foi questionado o porquê de tão poucas pessoas naquele acampamento. Com insegurança, o coordenador do acampamento respondeu da seguinte forma:

Não! Aqui tem bastante gente, é por que eles foram para outro acampamento, o outro pessoal está almoçando agora. *(Neste momento interfere uma senhora por nome de Lucimar Camargo dizendo: Eles não estão aqui porque não têm dinheiro agora para comprar lona para fazer acampamento)* (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

O que se percebe é a precariedade das condições de vida das pessoas que se expõem aos acampamentos. São explícitas as questões da fome e das condições de higiene e de outros bens básicos para as famílias. Como já dissemos anteriormente, até a cesta básica passa pela morosidade do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, com até 90 dias para ser entregue. Tendo em vista que a maioria dos trabalhadores destes acampamentos já são dissidentes de outros movimentos, justamente pelas mazelas nas condições de vida e poucas expectativas de conquistar a terra.

A indignação da entrevistada se intensifica quando perguntada sobre o tempo de estadia no MAST:

“Estou participando dos acampamentos há dois anos, mas eu já venho de um outro que fizeram aí, um tal de Terra e Pão. Era com o Marivaldo, (*líder*), aí nós viemos pra cá. E aí a gente se uniu com o MAST, inclusive tem um pessoal dele que chegou aqui pra pegar senha (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

Complementando a resposta da acampada, seu companheiro reclama também da falta de trabalho nas fazendas ao entorno do acampamento. Quando perguntado sobre a questão do trabalho:

Ah, por enquanto nós estamos sem serviço, tudo parado. Agora acabou a braquearia, agora é tempo ruim, tudo acabou (...) além do mais a cesta básica não está vindo, porque não fizemos o cadastro ainda. Eles (o INCRA) ficaram de vir fazer o nosso cadastro, mas ainda não vieram, ficou deles fazerem o cadastro, de hoje a oito dias para que se pudesse liberar a cesta para essas famílias (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

Neste sentido entendemos que o processo de dissidência entre os trabalhadores sem-terra está vinculado também à falta de trabalho que conduz conseqüentemente à pobreza no campo. Ao longo das entrevistas, para muitos trabalhadores, um dos fortes motivos que justifica a dissidência dos trabalhadores, além das diferenças político-ideológicas é a falta de oportunidade de alguma forma de garantia de renda ou de terra. Diante das promessas das lideranças dissidentes, os trabalhadores são induzidos a formarem novos movimentos, evadindo daquele movimento que estava até então. Esse “vai-e-vem” dos trabalhadores se sustenta pelo conjunto das articulações estruturais do capital na representação das tais políticas agrárias do Banco Mundial, que promovem a desarticulação do conjunto dos trabalhadores sem-terra.

Perante a nossa avaliação, os principais eixos estruturais das políticas agrárias do Banco Mundial, apontados no início do texto, a princípio não atendem positivamente aos objetivos dos trabalhadores sem-terra, porque o que está em pauta para estes trabalhadores acampados é primeiramente a conquista imediata da terra, preferencialmente em escala nacional, sem custos a estes trabalhadores como ditam as regras do Banco Mundial, iniciada por um processo amplo de Reforma Agrária estrutural, tendo como princípio básico a ruptura do regime de propriedade privada da terra. Essas ações deverão acontecer juntamente com um conjunto de políticas complementares que envolva toda a infraestrutura da manutenção dos trabalhadores na terra, quais sejam: educação, saúde, transportes e outras.

Uma outra instância que deve ser considerada para a implantação da Reforma Agrária é a aplicação de políticas agrícolas que favoreçam a reprodução dos trabalhadores sem-terra nos assentamentos de Reforma Agrária. Crédito, assistência técnica e acesso aos mercados são elementos basilares dessa Reforma Agrária.

Esses pressupostos atingem diretamente o cerne da questão, ou seja, rompem com um regime que está arraigado historicamente por manobras políticas entre o Estado e os latifundiários e descaradamente contra os trabalhadores sem-terra. Isso interfere diretamente na estrutura fundiária conservada pelas grandes propriedades griladas que atingem abusivamente a casa dos milhões de hectares⁹, inviabilizando efetivamente o processo de Reforma Agrária fundamentada na redistribuição de terras, garantindo a reprodução dos trabalhadores. Para Sauer (2005):

(...) a Reforma Agrária tem como objetivo central redistribuir terra e garantir as condições de reprodução social do campesinato¹⁰, atacando as relações de poder na sociedade que privilegiam os grandes proprietários, que podem ser, inclusive, grandes empresas e bancos (nacionais ou estrangeiros). Por tudo isso, a Reforma Agrária exige o fortalecimento do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos essenciais à melhoria das condições de vida dos camponeses assentados e ao bom desempenho econômico do setor reformado (SAUER, 2005)¹¹.

Essa seria uma condição que daria sentido às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Essa talvez pudesse ser uma proposta de supressão dos conflitos no campo, porque as propostas de políticas agrárias destinadas ao país até o momento é o que substancia a gestação do conflito entre os próprios trabalhadores (dissidentes) e entre os trabalhadores e os latifundiários. Mas quando relacionamos uma proposta de Reforma Agrária estrutural que altere o regime de propriedade privada da terra e as políticas

⁹ Como exemplo, utilizamos o caso de Carlos Medeiros e Cecílio do Rego Almeida, ambos são proprietários de terras griladas no Pará. O primeiro se diz proprietário de uma área que ocupa um território de aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados, ou 12 milhões de hectares. O segundo, grilou um território que possui um total de 7 milhões de hectares. Estes são verdadeiros principados onde os poderosos grupos econômicos fazem a exploração moderna dos recursos, usando mão-de-obra escrava, reconhecida pelo Estado. Em outros casos essas terras objetivam interesses meramente especulativo de reserva de valor, também legitimada pelo Estado, no sentido da concessão de financiamentos em bancos oficiais. Tudo isso sobre uma estrutura fundiária que está relacionada com as ações violentas dos grupos de fazendeiros que se apropriam das terras para a territorialização de empresas capitalistas, desencadeando vários processos de exclusão social dos trabalhadores sem-terra. Maiores detalhes em: www.amazonpress.com.br. Acessado aos 15/01/06 e Revista "Veja", n. 2, ed. 1518, ano 32, 13/01/99.

¹⁰ Com o termo campesinato, não queremos aqui ressaltar seu conceito específico derivado de camponês como classe social. Queremos mostrar apenas o significado da Reforma Agrária para todos os trabalhadores que têm a terra como fonte única e específica de sobrevivência.

¹¹ Cf. www.adital.com.br. Acessado aos 14/02/06.

públicas agrárias do Banco Mundial, confrontamo-nos com uma concepção de reforma que contradiz a proposta primeira. Entendemos que a superação da pobreza rural depende de uma Reforma Agrária que não seja a fundamentada na ideologia do mercado.

Em nossa análise os processos conflitivos que dão origens às dissidências no interior dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária são gerados pela ausência de uma política pública de Reforma Agrária. Até o momento o que se vê são medidas paliativas de reforma que favorecem a burguesia agrária, subjugando os trabalhadores sem-terra que não têm condições de entrar no circuito da aquisição de terras pela via da compra como propõe o Banco Mundial, especialmente os trabalhadores acampados. De nada adianta propor um “quadro receita” como são os relatórios “Brasil”, onde o gerenciamento da agricultura, do desenvolvimento rural e dos recursos naturais” (nº 11738-BR de 1993) e relatório “Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada” (nº 21790-BR de 2001) se ambos defendem respectivamente uma Reforma Agrária fundamentada na prioridade de maximização de compra e venda de terras negociadas diretamente entre os grupos beneficiários, ou seja, é considerada uma Reforma Agrária comunitária com programas flexíveis. O Relatório assegura que

A abordagem comunitária da Reforma Agrária, recentemente planejada e implementada, é uma concepção de programa flexível que pode ser ajustado de modo a considerar estas sinergias: os grupos de beneficiários negociam diretamente com os potenciais vendedores de propriedades adequadas e, então, obtêm o financiamento para a compra da terra e os subprojetos complementares, além do recebimento de assistência técnica. (Item 45)¹².

Trata-se da aplicação de uma política agrícola insustentável para os trabalhadores, especialmente quando tratamos de trabalhadores acampados sem-terra e assentados sem recursos para aquisição da mesma. Neste sentido, tais propostas são tentativas de remediar os focos de conflitos, mas a resolução da questão está muito longe de ser resolvida, justamente porque não foi atingida a raiz do problema, promovendo os vários processos de conflitualidades e dissidências dos trabalhadores e dos seus movimentos organizados.

Na esfera política do governo federal tramita o pacto de implementação dessas políticas. O Banco Mundial estimula veementemente mudanças nas legislações agrárias,

¹² Essa proposta comparece originalmente no Relatório nº 11738-BR de 1993 e é complementada no Item 45 do Relatório nº 21790-BR de 2001.

trabalhistas e nos próprios textos constitucionais, assim como o aumento nas concessões de empréstimos para os governos nacionais dos chamados países pobres.

Analisando um dos principais eixos das políticas agrárias do Banco Mundial, a “privatização de terras públicas e comunais”, compreendemos que a tendência do Banco e do governo federal é a criação de mais instituições que facilitem a mercantilização das terras públicas do Estado para a inserção de capitais da iniciativa privada, inviabilizando a inserção dos trabalhadores sem-terra no processo de Reforma Agrária. Trata-se de um cenário de permanente conflito entre as partes envolvidas, porém com desvantagens para os trabalhadores que lutam pela terra sem o capital para conquistá-la. Esse conflito se torna presente também no interior da organização dos trabalhadores, com a fragmentação e o constante processo de dissidência para buscar expectativas de sobrevivência em outras frentes de luta pela terra e pela Reforma Agrária, muito presente no Pontal do Paranapanema/SP e também em outras regiões do país.

Vimos anteriormente que, de maneira geral, as propostas do Banco Mundial, aceitas pelo governo federal, compreendem a terra meramente como mercadoria, ou seja, um bem puramente econômico.

As políticas agrícolas que aqui citamos são formuladas e direcionadas para os trabalhadores assentados, sobretudo, fundamentadas nas perspectivas das políticas agrárias do Banco Mundial. Em momento algum fazem referências aos trabalhadores acampados.

Apesar da oferta dessas políticas públicas compensatórias existirem em escala nacional, estão presentes também no Pontal do Paranapanema por meio do INCRA e do ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, mas não fazem referências aos trabalhadores acampados, somente aos assentados com expectativas de produtividade, pois os créditos disponíveis são exclusivos para produtores rurais. De maneira que só

Podem solicitar crédito rural: produtor rural - pessoa física ou jurídica ou associações de produtores rurais, cooperativas de produtores rurais ou pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades agropecuárias. Não podem ser beneficiados com o crédito rural estrangeiros residentes no exterior, sindicato rural ou parceiro, se o contrato de parceria restringir o acesso de qualquer das partes ao financiamento (INCRA, 2006)¹³.

Contraditoriamente, nas promessas do ITESP, concebem-se políticas públicas para o Pontal do Paranapanema como ações que o Estado desenvolve no sentido de “realizar os

¹³ Cf. INCRA. www.incra.gov.br. Acessado aos 17/02/06.

direitos sociais de seus cidadãos *além* de facilitar o acesso das comunidades a essas políticas”. O ITESP promete também analisar na região do Pontal do Paranapanema a eficácia dos programas governamentais implantados para o desenvolvimento dos assentamentos, porém deixando claro que os créditos são direcionados para financiar

(...) o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Além de fortalecer o setor rural, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção (ITESP, 2006)¹⁴.

Essas promessas governamentais, tanto pelo ITESP quanto pelo INCRA têm significado para alguns assentados dos projetos de Reforma Agrária do Pontal, mas em nossa concepção, torna-se complicado desenvolver políticas públicas em um lugar onde ainda não se fez uma política de Reforma Agrária estrutural. Essas políticas perdem o caráter desse desenvolvimento territorial e configuram-se como compensatórias, paliativas e de intenções eleitoreiras. Isso, portanto, não encerra as formas de conflito entre os trabalhadores, no acirramento dos embates das dissidências e rachas, tampouco no tocante às divergências político-ideológicas entre os trabalhadores sem-terra.

O não interesse político de se fazer a Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema e somente tentar aplicar políticas públicas de desenvolvimento territorial é um dos principais elementos gestores que lançam os trabalhadores a tentar a sorte e tomarem iniciativas para a criação de novos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, para tentarem novas alternativas e estratégias de luta. Isso nos faz refletir em questões que são fundamentais para as perspectivas dos trabalhadores acampados dos diversos movimentos, como o (MAST) Movimento dos Agricultores Sem Terra, (MST) Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, (UNITERRA), (MBUQT) Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra, etc.

Afinal, quais são as políticas públicas direcionadas para a unificação dos trabalhadores sem-terra acampados e organizados por esses movimentos? Qual é a ação política do Estado interessada em reduzir os conflitos internos historicamente construídos no interior dos movimentos de trabalhadores sem-terra dissidentes do Pontal, especialmente no interior do MST, movimento de abrangência nacional?

¹⁴ Cf. ITESP. www.itesp.sp.gov.br. Acessado aos 06/03/06.

Apesar de seu potencial orgânico por meio dos trabalhadores, o MST convive com um processo paralelo de dissidências oriundas das divergências político-ideológicas. Sua fragmentação remonta o processo de formação do MAST (1998). Não podemos afirmar aqui com precisão a data que confirma a primeira dissidência do MST e sua fragmentação, porque o exemplo comprovado que temos está na Carta de Princípios do extinto (MUST) Movimento Unidos Sem Terra. Na Carta de Princípios conta que esse mesmo líder fundou o (MDPST) Movimento da Paz dos Trabalhadores Sem-Terra, principalmente por não concordar com os princípios do MST. Os relatos confirmam que

Muitos dos próprios integrantes do MST, não concordando com atitudes desse grupo hegemônico, (tantos os líderes como os coordenadores instruídos por eles), acabam se desvinculando do movimento, montando outros. Na maioria desses movimentos novos tem como líderes os antigos coordenadores do MST, um dos movimentos que se destacou do MST foi o MDPST – Movimento da Paz dos Trabalhadores Sem-terra. O líder era um dos coordenadores do MST, e acabou reunindo um grupo de pessoas montando um acampamento inicial entre as cidades de Presidente Prudente e Álvares Machado, na Estrada da Amizade, perto do Balneário da Amizade, depois foi para a estrada de Taciba. A estratégia de ocupação era nas terras griladas e em fase de negociação com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, nos municípios de Regente Feijó, Taciba, Martinópolis, Nantes, todas no Estado de São Paulo (CARTA DE PRINCÍPIOS DO MUST, 1998).

Resgatando os princípios históricos das dissidências, presentes na Carta de Princípios do MUST, o relator estende a discussão no sentido de mostrar os princípios básicos que deram e que dão origem aos processos de dissidências. São afirmações de igual teor à Carta de Princípios do MAST escrita pelos membros da SDS apoiados pelo partido da situação da conjuntura política do momento, PSDB.

(...) MDPST com dois princípios filosóficos: a ocupação de terras no intuito de realizar uma negociação pacífica (sem roubos, danos à propriedade, etc.) e com a finalidade de organizar o movimento sob a realização de um Estatuto. No entanto, na prática, o Estatuto seria apenas para mostrar ao INCRA, a imagem de um movimento organizado, pois o que prevalecia como ordem era sua palavra, como aquele quem mandava ali no acampamento (TRABALHO DE CMAPO, 2005).

O processo de dissidência dessa liderança aponta uma contradição levantada na Carta de Princípios que mostra a prática de um líder com formação no MST. Trata-se de uma prática que dificilmente se altera com sua inserção em outro movimento de formação política diferenciada. Na discussão exposta na Carta de Princípios do MUST o texto esclarece tendenciosamente a postura radical do ex-coordenador do MST logo na primeira ocupação como líder do novo movimento, o MDPST, na Fazenda Santa Mônica. Como segue

Logo na primeira ocupação realizada na Fazenda Santa Mônica, foi de madrugada, houve danos à cerca da propriedade, deixando claro com isso a falta de controle do líder quanto à própria filosofia por ele fundada. Foi realizado o Estatuto, mas nunca discutido com os “cabeças” do movimento, quanto mais lido diante do povo. Todas as documentações necessárias para organização do movimento, como Advertência, Livros de Tesouraria e Secretaria, eram inválidos (TRABALHO DE CMAPO, 2005).

Os vários tipos de denúncias e acusações que comparecem na citação acima sobre esse líder¹⁵ se prolongam, tanto na Carta de Princípios, quanto nas próprias entrevistas realizadas por nós ao longo dos trabalhos de Campo. Mas especificamente sobre essa liderança em seu período de permanência no MUST e no MAST as denúncias se caracterizam como: negociações corruptas com fazendeiros, sonegação de informações para o grupo de trabalhadores acampados, promessas em discursos cansativos em todas as reuniões, forçamento de espera sobre os trabalhadores para que eles não se precipitassem sobre os processos de ocupações, sonegação de prestações de contas das viagens para São Paulo para negociar com o INCRA, etc. De maneira geral, as entrevistas e a própria Carta defendem que as atitudes de vários líderes dissidentes e com formação política no MST eram contrárias ao que propunha o Estatuto, e, segundo os membros coordenadores do MAST, tais atitudes provocavam a desorganização interna nos acampamentos, assim como bebedeiras e brigas constantes.

Este conjunto de denúncias sobre tal liderança provocou a destituição por completa do MDPST e com a intensificação das dissidências por corrupção e por divergências político-ideológicas, tanto o líder quanto os demais membros da coordenação e os próprios trabalhadores começaram a buscar novas alternativas para conquistar a terra através de

¹⁵ Ao longo da entrevista não foi citado o nome da liderança em discussão.

formas diferenciadas de ocupação propostas por outros movimentos. Dada a dissidência por completa do MDPST, surge paralelamente ao MAST o Movimento Unidos dos Sem-Terra (MUST), tendo como líder o Sr. Edmilson Gonçalves da Silva. Sua primeira ação política de ocupação foi o acampamento “Santa Madalena” no município de Regente Feijó/SP. O acampamento leva esse nome, porque o alvo de ocupação é a Fazenda Santa Madalena no município de Regente Feijó.

Após o MUST ser destituído, sua bandeira de luta foi substituída pela do MAST e, em assembléia, foi decidido que a partir daquele dia¹⁶ o acampamento passaria a pertencer à coordenação do MAST com seu respectivo coordenador, Sr. Américo, residente em Regente Feijó/SP.

De forma geral a coordenação e os trabalhadores do MUST, antes de sua adesão ao MAST, se mostraram vítimas de atos de populismo e autoritarismo praticados pelos líderes de formação política no MST. Esse discurso permeia toda a esfera de coordenação dos acampamentos e agregados do MAST, defendida inclusive, na Carta de princípios do extinto MUST que deu aporte crítico para a constituição à Carta de Princípios do MAST. Na edição da Carta de Princípios do MUST, fomenta-se um discurso genérico no processo de sucessão do MDPST para o MUST, sobre os líderes de formação política no MST, como segue.

Um ato populista e autoritarista, sem o compromisso de uma luta unida para com a liberdade sócio econômica do povo, (...) nos discursos enganosos e sem nenhuma prática efetiva, acabou levando nós, alguns da antiga comissão de liderança do MDPST, o rompimento com esta organização, criando um novo movimento, o MUST – Movimento Unidos dos Sem-terra, cuja filosofia precede do anterior, mas para com todos os participantes do movimento (TRABALHO DE CAMPO, 2005).

De maneira geral essa é a base crítica de construção da ideologia *mastiana* sobre a origem dos processos de dissidências e formas de luta diferenciadas na questão agrária brasileira. Chamam a atenção para que os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária se organizem em um movimento cuja mobilização esteja fundamentada na negociação antes da ocupação do latifúndio para que não haja danos à propriedade

¹⁶ Não tivemos acesso ao Estatuto final do movimento, por este não ter atingido sua fase, ficamos apenas com o rascunho em fase de conclusão, por esse motivo não tivemos acesso à data precisa de sua fundação, mas sabemos que sua data referência passou a ser a mesma do MAST.

privada da terra, que a organização interna tenha como prática a regularização de um Estatuto, discutido em assembléia.

A fragmentação dos trabalhadores sem-terra no interior dos movimentos sociais e os vários processos de dissidências da luta pela terra e pela Reforma Agrária têm raízes históricas e não se particularizam apenas nesses dois processos. Sua extensão é ampla e atinge toda a estrutura social do movimento como um todo. Mas o processo de dissidência resulta no fenômeno da fragmentação do movimento dos trabalhadores sem-terra como um todo e até mesmo no interior de outros movimentos. Compreendemos que esse constate processo de fragmentação dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária a partir das divergências políticas tem uma explicação próxima do ilusório fenômeno da “globalização”. Em busca da resolução imediata dos resultados da Reforma Agrária, da sobrevivência, dos interesses político-partidários, das relações de poder, na sua maioria os membros de um determinado movimento social se iludem por esse imediatismo e o individualismo para sua realização pessoal, dificilmente pensam num projeto coletivo de Reforma Agrária que viabilize social e economicamente o interesse do grupo.

Segundo Dom Maurício Grotto de Camargo, em entrevista concedida à Antonio Alves de Almeida (2003), trata-se de um fenômeno que supera os limites do movimento e envolve inclusive a mística dos trabalhadores e outros valores fundamentais para sustentar a base do movimento. Sua explicação converge com nossa opinião a esse respeito porque em diversas situações, os líderes de acampamento exploram o grupo de trabalhadores para fins eleitoreiros e outras oportunidades particulares. Para Almeida (2003) *apud* Camargo (2003).

[...] nós estamos dentro de um mundo globalizado, massificado, o individualismo é muito grande, o relativismo, a fragmentação também está sendo uma das características desse mundo pós-moderno, globalizado, então eu diria que não é só a utilização da mística que está em declínio não, o próprio movimento popular está sentindo dificuldade hoje de mobilizar as pessoas mais necessitadas, marginalizadas, carentes [...] justamente por causa da sedução muito forte, a possibilidade de você resolver o seu problema individualmente [...], por exemplo, o caminho das drogas, o caminho do tráfico de drogas [...] então tem tantas seduções, cada um tentando ganhar na loteria, numa ou outra loteria. [...] hoje o que está ocupando o primeiro lugar é uma certa pressa, um certo imediatismo de tentar conquistar logo os ideais de Reforma Agrária, de

reforma agrícola, de posse de terra, o imediatismo de conseguir logo um assentamento e resolver logo um problema, digamos imediato, da fome, do trabalho, do sustento, etc. (no Prelo).

São aspectos importantes que envolvem toda a estrutura do movimento social no sentido de fragilizar a luta em todas as suas dimensões. Mas como já discutimos anteriormente, o processo de dissidência dos movimentos conseqüentemente criando novos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária, promove a divulgação da luta e a necessidade de se realizar uma política pública fundamentada na desconcentração fundiária, priorizando a democratização da terra por meio da desapropriação, de modo que garanta os trabalhadores na terra e que haja coragem de confrontar poder com os latifundiários e agroindustriais detentores de grandes extensões de terras de produção monocultoras.

Infelizmente, enquanto isso, o Estado e a sociedade do capital ganham tempo em novas formas de reprodução e de reestruturação produtiva do capital no campo, acentuando ainda mais os processos de dissidências entre os movimentos por falta de uma política efetiva de Reforma Agrária.

Neste constante processo de dissidência e formação de novos movimentos sociais, quais seriam as políticas agrárias e agrícolas que resolveriam a situação do Pontal do Paranapanema e de outras partes do Brasil, tendo como referência os trabalhadores acampados destes movimentos? Como inserir esses trabalhadores no processo de aquisição de crédito para participarem efetivamente da política de Reforma Agrária? Finalmente, como falar de política pública para trabalhadores acampados, se estas estão projetadas somente para assentados? A contestação é maior ainda quando falamos das políticas públicas do ITESP/INCRA, para trabalhadores acampados que recém formaram um acampamento, por dissidência e confronto político com outros movimentos.

A realidade agrícola e agrária do Pontal do Paranapanema é contraditória no interior dos movimentos, pois as políticas públicas voltadas para a agricultura não são suficientes para conter os conflitos por terra e as dissidências dos trabalhadores. Cria e recria novas bandeiras de luta. Trata-se de um processo histórico que vimos acompanhando desde 1998, com a criação do MAST e de outros movimentos. É fato que alguns líderes com interesses eleitoreiros organizam grupos de trabalhadores com uma bandeira específica de luta pela terra e permaneçam na liderança dos acampamentos até a próxima oportunidade de um cargo político ou sindical, abandonando o movimento no momento oportuno. Neste sentido prevalece a promessa do discurso político, mas isso não é particular aos “pequenos líderes”

dos movimentos. Essa prática também é propriedade absoluta dos “grandes líderes”, até mesmo o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que, em seu discurso de sucessão, no tocante à questão agrária brasileira, afirma uma promessa de urgência para a Reforma Agrária:

[...] pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil, produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade, sabendo que, ao se levantar com o nascer do Sol, cada movimento de sua enxada ou de seu trator, irá contribuir para o bem estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e agricultura empresarial, a agroindustrial e ao agronegócio, são, na verdade complementares, tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. A Reforma Agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e sementes, que brotarão viçosas com linhas de créditos e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano” (FELICIANO, 2003).

Eis aí um grande exemplo de promessa descumprida que tendência todos os processos sociais promotores dos conflitos internos e externos aos movimentos que lutam pela terra, Reforma Agrária e pela sobrevivência na terra. Trata-se de um discurso político que não condiz com a verdade, principalmente quando olhamos os dados propostos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária. São processos conflituos desencadeados “a partir das relações políticas travadas entre os personagens desse cenário, sempre no enfrentamento dos diversos desafios inerentes a essa complexa política pública de redistribuição de terras” (BARONE, 2002).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste trabalho expressar algumas especificidades da estrutura agrária brasileira, as tensões voltadas para a luta pela terra no Pontal do Paranapanema e o processo de dissensão e disputas políticas internamente aos movimentos sociais envolvidos. Sabe-se que o sistema de latifúndio no Brasil é dominante na questão agrária brasileira e seus desdobramentos recaem sobre os trabalhadores sem-terra.

Nossa pretensão de maneira geral é defender juntamente com os respectivos autores a preconização de uma Geografia dos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária que permita uma “leitura” geográfica do ser social que interaja reciprocamente com a natureza através do trabalho na terra, não como mercadoria, mas que seja efetivamente concebida como bem comum da humanidade. Pensa-se, também, num sistema político-econômico que combata o constante processo de precarização do trabalho no campo e na cidade, assim como suas diferencialidades sociais inerentes ao modo de produção capitalista de exploração e dominação dos espaços: agrário e urbano.

Neste sentido concebe-se a incorporação da lógica capitalista para o entendimento das questões do campo brasileiro.

As dissidências ocorridas no interior dos movimentos são expressões que moldam as configurações da dinâmica territorial do Pontal do Paranapanema e em outros lugares. É uma expressão veiculada pela divergência político-ideológica que nasce no interior do movimento.

O Pontal do Paranapanema é palco dessa dinâmica territorial. A expressividade das ações políticas não nos permitiu fazer algum tipo de conclusão sobre a quantidade de acampamentos e ocupações realizadas até o momento de finalização da pesquisa. Na fase de conclusão da dissertação, os movimentos, retomaram o processo de ocupação na região, com mais nove novas ocupações e novas dissidências. Seguem as ocupações por novos movimentos¹⁷ dissidentes do MST, sob a cobertura distorcida da imprensa em sua multiplicidade escalar. Trata-se de uma dinâmica permanente no processo de dissidência. O que temos de mais atual nessa dinâmica é a incorporação do acampamento Mario Covas ao comando de José Rainha Júnior, liderança que enfrenta hoje, uma série de problemas internos ao MST¹⁸.

¹⁷ O Movimento de Luta pela Terra, está sob liderança da Rose Ramos, segundo ela, o movimento conta hoje com um total de 250 integrantes, sua primeira ocupação com essa sigla foi na Fazenda Santo Antonio no município de João Ramalho. Quanto à data de seu surgimento no Pontal não foi possível precisar. As informações presentes foram fornecidas pelo Jornal “O Imparcial”, veiculado no dia 29/12/05, p. 4-B.

¹⁸ Cf. Jornal o Imparcial, em 28/02/06.

As múltiplas dimensões que envolvem os movimentos sociais contemporâneos na luta pela terra e pela Reforma Agrária, como as ocupações, as dissidências e o constante processo de fragmentação, tornam previsíveis, do ponto de vista da ausência de uma efetiva política de Reforma Agrária estrutural, a permanência desses processos em questão.

Essas dimensões criaram um aumento significativo no primeiro ano do Governo de Lula, com avanço do processo de desapropriação de terras férteis para a construção de estradas ou de hidrelétricas. Não há um projeto efetivo de desapropriação para Reforma Agrária. Enquanto isso, os latifúndios produtivos seguem na produção de uma estrutura societal contraditória, injusta e desigual, enfaticamente no espaço agrário.

As políticas de Reforma Agrária tão prometidas pelo governo de Lula e desejadas pelos movimentos sociais se arrastam lentamente entre as velhas e novas forças sociais que não propõem mudanças nas regras institucionais e que dão sustentação ao governo. São operações políticas negociadas no interior do Congresso Nacional para punir as ações políticas dos movimentos e não romper com o monopólio senhorial da terra, sobretudo, alia os latifundiários e os capitalistas agroindustriais¹⁹.

A realidade encontrada nos trabalhos de campo se materializa na permanente reprodução da concentração de terras justificada pela agroindústria, que se reveza entre a monocultura da cana, soja, girassol, etc. São elementos que completam o circuito da reestruturação produtiva do capitalismo no campo e que apresenta profundos desafios para os trabalhadores sem-terra e os movimentos.

No interior desse complexo, chamado agronegócio, recriam-se os trabalhadores rurais sem-terra, através das ocupações e do trabalho precarizado. É importante lembrar que esse processo contraditório e combinado no campo brasileiro, se realiza por dentro da sociedade do capital que seriam relações não capitalistas de produção, sendo através do trabalho familiar e da agricultura camponesa, porém se reforçam como relações capitalistas através do trabalho assalariado, na figura do bóia-fria e pelas

[...] diferentes formas de realização do trabalho sob a vigência da criação do valor e das formas de subordinação que ultrapassam as marcas do assalariamento clássico ou das realidades eminentemente proletárias, é o que nos está possibilitando compreender o eixo central do conflito social

¹⁹ Fazemos referência aqui, ao texto aprovado pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional, o qual caracteriza as ações políticas dos movimentos como ato terrorista e crime hediondo. Cf. OESP, em 30/11/06.

e de classe que antepõe os interesses do capital e do conjunto dos trabalhadores (THOMAZ JÚNIOR, 2006).

De maneira geral essa plasticidade do trabalho definida acima por Thomaz, o qual soma as distintas formas de realizações do trabalho, não se restringe apenas aos trabalhadores sem-terra assalariados do campo que lutam pela terra e pela Reforma Agrária, se expressa também nas diversas modalidades onde o trabalho é realizado em nome da sobrevivência do conjunto dos trabalhadores, com ou sem-terra.

Nossa participação nas reuniões, entrevistas, construções de barracos e até nas reuniões místicas, é o que nos permitiu compreender um pouco mais além do visível e das interpretações dos demais estudos, e conseqüentemente nos ajudou a ampliar a qualidade do trabalho como um todo.

Em suma, o cenário de contradições colocado até então, indicado pelas dissidências, pelas diferentes formas de ocupações, pelas fragmentações da luta e o próprio enfrentamento político com o Estado e os latifundiários, será o desafio para esses trabalhadores, partidos políticos e para os movimentos. São desafios que somente por meio das ações políticas dos trabalhadores abrirão possibilidades e novos mecanismos para moldar um efetivo projeto de Reforma Agrária.

A qualidade dessas ações articularia um novo projeto político/democrático e anticapital, especialmente no tocante ao esquema de propriedade privada da terra.

Esse novo cenário já se desenha com algumas ações políticas desenvolvidas neste percurso da luta pelos próprios trabalhadores que ainda não têm a posse da terra, mas cujos passos já marcam essa trajetória.

3. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.A. 2003. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 380p.

BARONE, L.A. 2002. **Conflito e cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese de Doutorado. Araraquara: Universidade Estadual Paulista. 306p.

CARTA DE PRINCÍPIOS DO MUST. 1998. In: LIMA, E.C. **Os movimentos Sociais de luta pela terra e reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e**

Dinamica Territorial. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente-SP. UNESP. 2006, p. 6-7.

FELICIANO, C.A. 2003. **O Movimento camponês rebelde e a Geografia da reforma agrária.** Dissertação de Mestrado na Universidade de São Paulo. São Paulo. 208p.

SILVA, J.G. da. 1971. **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento.** Zahar Editores. 284p.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. (Orgs.). 2005. **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. v. 1. 344p.

SAUER, S.; PEREIRA, J.M.M. 2006. **A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil.** Proposta, Rio de Janeiro. v. 107, p. 114-120.

THOMAZ JUNIOR, A. 2002. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana.** São Paulo: Annablume. 338p.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** www.incra.gov.br. Acessado aos 17/02/06.

ITESP. **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva".** www.itesp.sp.gov.br. Acessado aos 06/03/06.